



ATA Nº 023/2011

Aos quatro (04) dias do mês de outubro de dois mil e onze (2011), às dezesseis horas e trinta minutos (16:30 hs), no Auditório Domingos Dorigoni, Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os Senhores Vereadores para uma Sessão Ordinária. O Presidente da Mesa Diretora, Vereador Luiz Paulo Fontana, assumiu a direção dos trabalhos. Presentes os seguintes Vereadores: Luiz Paulo Fontana, Adriano Guarnieri, Adilson Borges da Silva, Nestor Pompermaier, Reni Guerini Maia, Cleber Schuster, Marildo Guerini, Vilson Cichelero e Leones Ultramar. Havendo quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão e imediatamente colocou as Atas de nº 020 e 021/2011, respectivamente das Sessões Solene e Ordinária realizadas no dia vinte e um (21) de setembro de dois mil e onze (2011), em votação, sendo aprovadas integralmente e por unanimidade. O Vereador Marildo fez a leitura de um trecho da Bíblia. A seguir o Presidente apresentou a seguinte pauta para a Ordem do Dia: - Projetos de Leis nº 080, 088, 090, 091, 092, 093 e 094/2011. Colocada a ordem do dia em discussão e votação, aprovada por unanimidade. Ordem do Dia: - Projeto de Lei nº 080/2011, que “Cria o Cargo Público de Farmacêutico e dá outras providências.” Colocado em discussão, o Vereador Adilson destacou a importância do cargo. O Vereador Cleber disse que atualmente o receituário médico é bem claro e os profissionais que trabalham na secretaria da saúde tem pleno conhecimento sobre os medicamentos e por isso entende que a criação do cargo não tem tanta importância, mas gostaria de mais informações a respeito. O Vereador Leones endoçou as palavras do Vereador Cleber. O Vereador Vilson fez proposição para que o projeto permaneça em estudo, já que a contratação está prevista apenas para 2012. Colocada a Proposição em votação, aprovada por unanimidade. - Projeto de Lei nº 088/2011, que “Inclui Ação/Programa no PPA 2110/2013 e LDO/2011, aquisição de veículos para o Poder Legislativo Municipal.” Colocado em discussão, o Presidente informou que está sendo incluída na LDO e PPA a possibilidade de adquirir um novo veículo para a Câmara de Vereadores, que é um importante instrumento de trabalho dos Vereadores e salientou que o veículo atual poderá ser doado ao Conselho Tutelar. O Vereador Nestor disse que não votará o projeto, pois na Legislatura passada foi contra a aquisição do automóvel e fez sua última campanha política baseada nisso. O Vereador Vilson disse que o executivo está utilizando o dinheiro da secretaria de educação para adquirir veículos para serem utilizados por outras secretarias e conseqüentemente o recurso não está sendo investido na referida secretaria. O Vereador Leones disse que os Vereadores foram eleitos para legislar e fiscalizar as ações do Prefeito. Disse que todas as secretarias possuem veículos e a Câmara de Vereadores também precisa para que os Vereadores possam desenvolver seu trabalho. Lembrou que o Executivo adquiriu um Uno que se envolveu num acidente e nem mesmo seguro foi feito para o mesmo, que está debaixo de uma lona na secretaria de obras. O Vereador Reni salientou a importância de se doar o veículo da Câmara para o Conselho Tutelar. Disse que quando os veículos não estão sendo usados pela Secretaria da Saúde, acabam sendo utilizados por outras secretarias para atender as necessidades da população. O Presidente salientou que cada Secretaria tem o seu orçamento e os veículos devem ser utilizados apenas para trabalho dentro de sua secretaria. O Vereador Adilson disse que também vai abster-se de votar o projeto, pois entende que o carro da Câmara está em condições



de uso e os quarenta mil reais poderiam ser utilizados em áreas mais importantes. O Vereador Cleber lembrou que a Câmara solicitou e o Executivo prontamente concordou enviando este projeto à Câmara. Disse que os veículos devem ser utilizados para assuntos de interesse público e sempre dentro da secretaria em que está lotado. Salientou que o Conselho Tutelar desenvolve um bom trabalho e merece um veículo em melhores condições. O Vereador Adriano disse que se existir dinheiro suficiente para concluir a nova sede da Câmara e também para adquirir um carro novo, não vê problema nenhum. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto, sendo que o Vereador Adilson não emitiu seu Parecer. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 088/2011 em votação, aprovados por seis (06) votos. Os Vereadores Adilson e Nestor se abstiveram de votar. - Projeto de Lei nº 090/2011, que “Dispõe sobre incentivo para indústria que especifica e dá outras providências,” e, - Projeto de Lei nº 091/2011, que “Dispõe sobre incentivo para empresa que especifica e dá outras providências.” Colocados em discussão, os projetos foram amplamente debatidos e a seguir a Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu pareceres favoráveis aos projetos. Colocados os Pareceres e os Projetos de Leis nº 090 e 091/2011 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 092/2011, que “Autoriza a abertura de crédito suplementar que especifica.” Colocado em discussão, o Vereador Cleber disse que é contra o projeto porque não concorda com a retirada de diversos valores em rubricas importantes, como por exemplo para manutenção de estradas, pois muitas estradas municipais estão em péssimo estado de conservação. Também devido a retirada de valores para alambrados de campo de futebol, rede de abastecimento de água, do programa de bônus para os agricultores, para citricultura e vale calcário. O Vereador Leones disse que o colega vereador Cleber já falou tudo que iria falar e lembrou também que não foi apresentada a prestação de contas do último Natal no Morro. O Vereador Nestor lembrou que a suplementação de verbas é apenas um ajuste no orçamento e são retirados valores de uma determinada rubrica que não tem previsão para gastos e alocadas em outras. O Vereador Vilson salientou que os agricultores estão iniciando o processo de plantio da próxima safra e muitos agricultores procuraram o Município para receber o incentivo do programa do calcário e lhes é dito que não existem recursos, mas agora estão sendo retirados quinze mil reais do Vale Calcário. Lembrou também que o Executivo fez um financiamento de um milhão de reais para pavimentação de ruas e agora estão sendo retirados recursos do orçamento que estavam disponíveis para essa finalidade. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer contrário ao projeto, sendo que o Vereador Adilson é de Parecer favorável. Colocado o Parecer em votação, reprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Colocado o Projeto de Lei nº 092/2011 em votação, aprovado por cinco (05) votos contra quatro (04), sendo que os votos favoráveis ao Parecer e contrários ao projeto foram dos Vereadores do PP, PT e PMDB. - Projeto de Lei nº 093/2011, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar bens patrimoniais que especifica e dá outras providências.” Colocado em discussão, o Vereador Leones informou que participou da Comissão de Avaliação dos bens e entende que os valores fixados estão dentro daqueles encontrados no mercado. Só questionou que o ônibus poderia ser utilizado no transporte escolar. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 093/2011 em votação,



aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 094/2011, que “Autoriza a contratação temporária e de excepcional interesse público de um Psicólogo e dá outras providências”. Colocado em discussão, após alguns debates, o Vereador Cleber fez Proposição para que o Projeto permaneça em estudo, sendo aprovada por unanimidade. A seguir passou-se ao Grande Expediente: O Vereador Nestor solicitou ao Presidente informações com relação a reivindicação da comunidade de São Lourenço para que o DAER faça melhorias da RS 332, pois se nada de positivo foi conseguido junto ao referido órgão irão fazer protestos para que as obras para melhorar a segurança naquele trecho da RS 332 sejam realizadas. O Vereador Cleber comentou matéria divulgada em Jornal local sobre o aumento do número de empresas em nosso Município, dizendo que isso se deve ao Governo Federal que criou a Lei sobre o Micro Empreendedor Individual. Disse que a receita do nosso Município vai ultrapassar os vinte milhões de reais, mas até o momento os investimentos feitos são na sua maioria com recursos federais. Disse que ouviu comentários que servidores municipais da secretaria de educação estão tirando cópias e vendendo para os alunos do curso de enfermagem, fato este que não pode acontecer. Informou que o Governo Federal aumentou os benefícios do programa Bolsa Família. O Presidente informou ao Vereador Nestor que esteve no DAER e recebeu a informação que em breve o Estado tomará providências sobre o assunto, mas caso não forem realizadas também buscará outros meios para reivindicar. O Vereador Marildo fez um agradecimento a Câmara de Vereadores em nome da comunidade de Pinhal Queimado, pela realização da Sessão Ordinária naquela comunidade. O Vereador Vilson alertou os contribuintes que também devem ser fiscais e fiscalizar os gastos do Poder Público e encontrando alguma irregularidade devem denunciar. Disse que o Executivo não cobra das pessoas que são do seu partido pelos serviços prestados com as máquinas da municipalidade, enquanto que os seus adversários são obrigados a pagar, e não concorda com isso, pois a lei é igual para todos. Disse que caminhões são utilizados para transportar areia e brita para serem entregues em obras públicas. O Vereador Leones parabenizou aquelas pessoas que se propuseram a testemunhar sobre irregularidades cometidas pela administração municipal. Esclareceu sobre o assunto do desmatamento que aconteceu na propriedade do pai do secretário de agricultura, dizendo que não foram os Vereadores que denunciaram, mas o que aconteceu é que foram fazer uma diligência sobre os pneus, juntamente com um funcionário da Promotoria Pública, e se depararam com a área desmatada. Comentou o incidente ocorrido na secretaria da agricultura, onde um cidadão, após muito solicitar por serviços, acabou se descontrolando e isso demonstra que existem problemas administrativos sérios e o Prefeito precisa reavaliar sua administração. O Vereador Reni destacou que todos os projetos do Executivo foram aprovados pelo Legislativo, possibilitando que o Prefeito possa fazer uma boa administração. Disse que os Vereadores são os representantes do povo e tem o dever de levar ao Executivo as reivindicações da população. O Presidente salientou a importância de incentivar e valorizar os empresários da nossa terra e não aventureiros que vem de fora. Nada mais havendo para ser registrado, às dezoito (18) horas e quarenta (40) minutos o Presidente declarou encerrada a Sessão Ordinária. Lavrei a presente Ata, que após discutida e colocada em votação, será devidamente assinada.